



AS NOTÍCIAS SOTEROPOLITANAS E BRASÍLICAS DE VILHENA E A EDUCAÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XVIII

“NOTÍCIAS SOTEROPOLITANAS E BRASÍLICAS” BY VILHENA
AND EDUCATION IN BRAZIL IN EIGHTEENTH CENTURY

Luciene Lages¹
Universidade Federal de Sergipe

Resumo: O presente artigo apresenta a obra de Luiz dos Santos Vilhena e analisa algumas perspectivas sobre a educação no Brasil do século XVIII. Através da Oitava Carta das *Notícias Soteropolitanas e Brasílicas* de Luiz dos Santos Vilhena pode-se ter uma noção de como funcionava o ensino das línguas clássicas naquela época e do impacto causado pela reforma pombalina.

Palavras-Chave: Línguas clássicas; Ensino; Século XVIII

Abstract: *This article discusses education in Brazil in 18th century. The analysis of the work The Eighth Letter of “Notícias Soteropolitanas e Brasílicas”, written by Luiz dos Santos Vilhena, gives us a sense of how the teaching of classical languages at that time functioned, and also allows us to understand the impact of the so-called Pombaline reform.*

Key-Words: Classical languages; Teaching; Eighteenth century

¹ lages.ls@gmail.com

INTRODUÇÃO

A origem dessa pesquisa teve como motivação uma simples curiosidade que me instigou nos primeiros anos em que vivi na Bahia, enquanto fui docente de língua grega do Instituto de Letras da UFBA: a construção do composto *sóter* + *pólis*, razão pela qual se originou o gentílico *soteropolitano* para o cidadão nascido na cidade do Salvador. Ao que parece, os escritos de um cronista e professor de grego do século XVIII denominados de *Notícias Soteropolitanas e Brasíliaicas* podem ter contribuído enquanto registro escrito para a legitimação dessa referência. A partir dessa motivação inicial, nasceu o estímulo que me direcionou para a pesquisa dessa obra, a que tenho me dedicado com mais afinco nos últimos dois anos.

1. O AUTOR E SUA OBRA

Luís dos Santos Vilhena (1744-1814) nasceu em Portugal e em 1787 foi nomeado professor de aulas régias, assumindo a cadeira de língua grega em Salvador, sendo empossado em sete de maio do mesmo ano. O cronista dos tempos coloniais apresenta um relato que enlaça ficção e testemunho. Afirma, na longa dedicatória que abre as cartas, que emprega as suas horas em formar um museu ou as notícias brasílicas e da capitania da Bahia, tendo como principais motivações a satisfação do espírito e a desafeição ao ócio. Segundo o autor:

As notícias históricas que nelas se encontram são compiladas umas de algumas obras já públicas, outras porém de manuscritos não vulgares; deixando de ser raras as noções que nelas dou das capitanias, comarcas, costas, rios, serras, matas, minerais, e lugares que descrevo. Os costumes pois, usos e abusos, índole dos naturais, e habitantes, comércio, e gêneros dele, eu o observei; da mesma forma presenciei, e inquiri o mais essencial da economia urbana e rústica; bem como em tudo o mais que contém a presente coleção, fiz a possível diligência por indagar a verdade. (VILHENA, 1969, p.19)²

As vinte e quatro cartas intituladas *Notícias Soteropolitanas e Brasíliaicas* foram dedicadas ao Príncipe Dom João (que viria a ser coroado no Brasil com o nome de Dom João VI). Vilhena assina como “o criado mais humilde e o mais

² Nas citações longas da obra, optamos pela segunda edição, organizada por Edson Carneiro, em 1969, intitulada *A Bahia no Século XVIII*.

fiel de todos os seus vassallos”, e apresenta notícias históricas sobre os costumes, habitantes, comércio, economia, educação, geografia e outros dados preciosos sobre as várias capitanias brasileiras da época. Das vinte e quatro cartas, dezesseis são dedicadas à capitania da Bahia, que outrora englobava também as comarcas do Espírito Santo e Sergipe D’El Rey. As cartas, segundo o próprio Vilhena, visam oferecer uma ideia do Novo Mundo conquistado e, para que não paire dúvidas sobre a legitimidade do seu relato, se utiliza de três argumentos: afirma que parte da compilação de obras históricas já publicadas ou de manuscritos; seus registros sobre os costumes resultam de situações que ele observou pessoalmente; e, por fim, ao assinar seus escritos sob o pseudônimo Amador Veríssimo de Aleteya, alusão explícita à verdade grega, *Alétheia*, reafirma sua posição de ofertar ao príncipe testemunhos verdadeiros. Como professor de grego e latim, Vilhena demonstra extenso conhecimento do legado literário greco-romano, sendo recorrente o uso de palavras de origem grega ou latina, a começar pelo título e os remetentes das cartas: Filopono, amigo do trabalho; e Patrífilo, amigo da pátria. A obra dialoga de modo contínuo com autores da tradição clássica, e personagens, deuses, heróis, são metáforas para a representação do Brasil no século XVIII.

A nomeação de Vilhena como docente é referida pelo historiador José Honório Rodrigues em *História da História do Brasil*, tomo I, volume II, publicado postumamente em 1988, quando apresenta uma minibibliografia sobre a figura de José da Silva Lisboa, mais conhecido por Visconde de Cairu, em que afirma que o dito Visconde:

ensinou na cadeira de filosofia racional e moral na cidade de Salvador, nomeado pela Real Mesa Censória. Aí lecionou também grego durante cinco anos, até que esta cadeira foi ocupada por Luís dos Santos Vilhena, celebrado autor das *Notícias Soteropolitanas e Brasília*, que revelam a influência grega na própria escolha do título do livro, um dos maiores que sobre a Bahia e o Brasil se escreveu no século XVIII. (RODRIGUES, 1988, p. 142-3)

Sabemos que Visconde de Cairu ocupou a cadeira de filosofia racional e moral durante 20 anos em Salvador, até seu jubileamento em 1797. Quanto a Vilhena, lecionou língua grega em Salvador em torno de 14 anos, mas, apesar da referência elogiosa acima, nota-se que a obra é ainda pouco conhecida no Brasil.

Apesar de tecer muitos elogios ao clima, Vilhena padeceu de muitas moléstias e, em 1799, solicitou licença para retornar a Portugal para tratar da saúde. Em 1800, foi jubilado da cadeira de língua grega, aos 56 anos. Porém,

junto com a saúde frágil, ficara sabendo que o governador considerava a cadeira de língua grega dispensável, o que o deixou mais desmotivado. De acordo com Rodrigues (1979, p.503-4) em 30 de agosto de 1800, o Governador D. Fernando José de Portugal informou por ofício que, apesar de julgar Vilhena merecedor de aposentadoria integral, o jubilava pela metade do salário, com a justificativa de que o subsídio literário da capitania chegava apenas para pagar os professores que estavam na ativa. Curiosamente, Vilhena retorna ao Brasil em 1808 e vive em Salvador em condições muito modestas até os setenta anos, quando falece e é enterrado no Convento de Santa Teresa do Carmo em 1814 (VILHENA, 1987, p. 34).

Outro historiador que advoga a favor de Vilhena e de sua obra é Braz do Amaral, ao se referir ao manuscrito da Biblioteca Nacional:

O 2.544 é um precioso livro, porque é uma inédita e perfeita descrição da Bahia no século 18. Poucos, muito poucos, conhecem este diamante ainda em mina. Eu o tive nas mãos e, no que precisei dele, achei-o completo e seguro. O Sr. Capistrano de Abreu, talvez o brasileiro que o conhece bem todo, declara ser o melhor trabalho que tem lido sobre a Bahia. (AMARAL, 1969, p.1)

Braz do Amaral solicita que Vilhena seja colocado no mesmo patamar que autores como Pero Gandavo, Fernão Cardim, Frei Vicente do Salvador, Sebastião da Rocha Pita, Antonio Jaboação, Ignácio Accioli. O historiador também elucida a pouca recepção da obra:

O literato na sua obra só deixou o nome, mas não figura na lista dos que se dedicaram às letras em nossa terra e afirmaram-me na Biblioteca Nacional que o próprio Sr. José Carlos Rodrigues não conhecia outra informação sobre o autor do livro oferecido ao príncipe D. João. Os historiadores do Brasil não o citam, porque não conheceram o seu trabalho, guardado na biblioteca do Conde de Linhares, como os trabalhos de Frei Vicente do Salvador e de Gabriel Soares estiveram inéditos e desconhecidos até há poucos anos, nos arquivos portugueses³. (AMARAL, 1969, p. 3)

Tais afirmações são feitas em 1917, quando o historiador profere uma comunicação, na Academia de Letras da Bahia, acerca de Vilhena e de sua obra.

³ Segundo o historiador José Honório Rodrigues, além do manuscrito da Biblioteca Nacional, consta outro ofertado por Gonçalves Dias ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre 1847 e 1852, e outra cópia registrada em nome da colecionadora D. Antonia R. de Carvalho, em 1881. Cf. RODRIGUES, 1979, p. 551.

Poucos anos depois, tal comunicação integrará a abertura da primeira edição da obra publicada pela Imprensa Oficial da Bahia em 1921, às portas da comemoração do centenário da independência do Brasil. A segunda edição, apresentada por Edson Carneiro, foi lançada pela editora Itapuã em colaboração com a Secretaria de Educação e Cultura do estado da Bahia em 1969, também em três volumes, porém com outro título: *A Bahia no século XVIII*.⁴

Em *A ideia de Revolução no Brasil e outras ideias*, o historiador Carlos Guilherme Mota relembra que “a ótica de Vilhena era, indiscutivelmente, a do colonizador. Não é, afinal, com preocupação de administrador – embora formalmente não o fosse – que o surpreendemos falando das nossas colônias do Brasil?” (MOTA, 2008, p. 116). Mota dedica um capítulo de seu livro a Vilhena e o cita como exemplo de “forma de pensamento intermediário” entre as ideias totalmente ajustadas ao sistema colonial e as ideias revolucionárias, condensando em si mesmo tanto o colonizador quanto o crítico da colonização. Na dedicatória ao príncipe D. João, dentro dessa ótica do colonizador, reafirma seu desejo de compor uma *Historia Brasilica* e se refere ao que diz Sêneca na carta 55,5, *Ad Lucilium* – “É inútil para si o homem que não vive para outrem.”⁵ – *Non continuo sibi vivit qui nemini*. Ou mais literalmente: “Certamente, não vive para si mesmo quem não vive para ninguém”. Nesse momento, Vilhena conta com 43 anos vividos e afirma que os vive não para si, mas para a pátria, por isso acredita que “sua curiosidade poderia ter algum préstimo para utilidade da nação” (VILHENA, 1921, p. 5-6).

De fato, além das cartas, Vilhena apresenta um conjunto de dados preciosos, sobretudo acerca da capitania da Bahia e suas comarcas, tais como: lista de professores, cadeiras e povoações que ocupam; lista das aldeias e das freguesias que pertenciam ao arcebispado da Bahia; prospectos e plantas das fortalezas e fortes, mapas da cidade, lista de despesas do senado, desenhos dos fardamentos dos corpos militares (fig. 1); entre outros anexos.

⁴ Fora essas duas edições completas, há uma terceira de extratos da obra, organizada pelo Arquivo Nacional em 1987. Apesar de conter um estudo significativo sobre as cartas na *Introdução* apresentada por Emanuel Araújo, essa publicação apresenta pequenos trechos selecionados sob o título de *Pensamentos políticos sobre a Colônia*.

⁵ No texto de Vilhena, aparece a referência à carta 45 das *Epistulae ad Lucilium*, não à carta 55. A tradução é de Vilhena, com a atualização da ortografia.



Fig. 1 – Croqui do uniforme do Primeiro Regimento de linha.

Como importante fonte histórica, observe-se, por exemplo, a figura 2, abaixo, em que se pode contemplar o prospecto da antiga catedral da Sé, que datava de 1553, observada, portanto, por Vilhena, e que fora demolida em 1933, por causa das reformas urbanas para liberação dos trilhos do bonde.

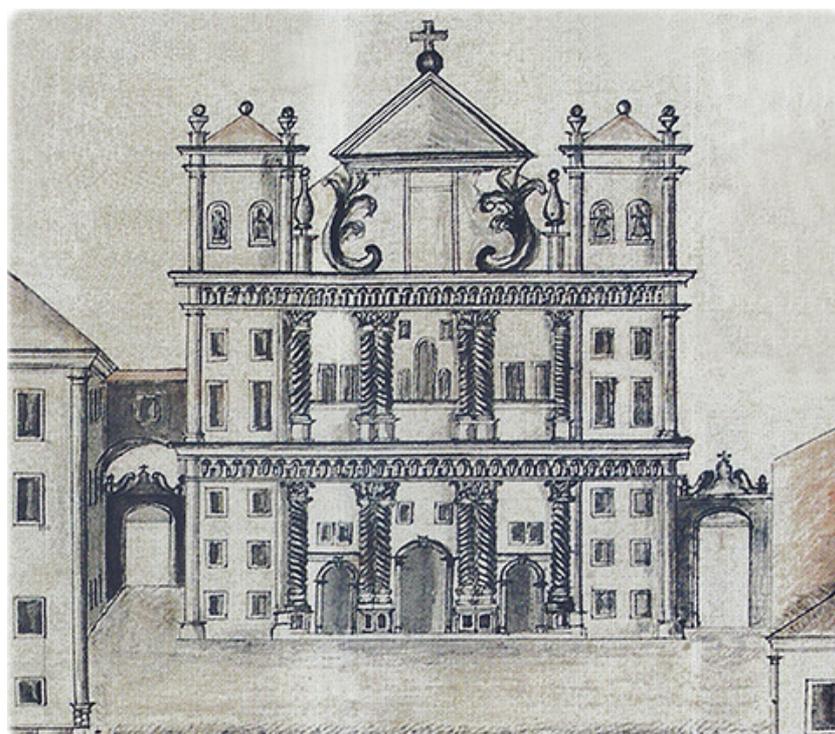


Fig. 2 – Prospecto da Catedral da Sé, 1553-1933.

Atualmente, o lugar é ocupado pelo monumento da Cruz Caída, do artista plástico Mário Cravo, em que a cruz de 12 metros faz referência à monumentalidade da antiga catedral. Tal prospecto acabou por se tornar um registro importante dessa obra arquitetônica, que posteriormente foi demolida, sob protestos, em nome da modernização do país.

Entre outras contribuições advindas dessas cartas, observe-se que Vilhena procura tanto apresentar o estado social e mental da colônia quanto propor formulações para certos problemas que vê e vivencia no Brasil, como a necessidade de uma reforma no setor administrativo, que, dada à má administração dos recursos, impulsionava a miséria da população baiana. Suas sugestões vêm imbuídas de uma certa conscientização de adequação da realidade brasileira, elaborada por uma visão de mundo com “ingredientes europeus”⁶. Para uma visão geral dos temas tratados nas cartas, elaboramos abaixo um quadro baseado no catálogo dos assuntos que o próprio Vilhena apresenta na introdução das cartas.

Quadro 1 – Catálogo das cartas

Carta	Capitania	Assuntos abordados
I	Bahia	História da descoberta do Brasil e da Bahia de Todos os Santos; apresentação da cidade do Salvador, aspectos gerais acerca da topografia, população, edificações, paróquias, senado, despesas, rendas.
II	Bahia	Informações detalhadas acerca da topografia, edifícios, trato com as fontes públicas e críticas à falta de punição aos depredadores do espaço público.
III	Bahia	Ordem política e governo econômico da cidade, proliferação de mendigos, comportamento da polícia e desrespeito com os escravos.
IV	Bahia	Descrição das moléstias, elogio ao clima, reprovação à paixão sensual desordenada e depravação dos costumes.
V	Bahia	Economia rural: engenho de açúcar, tabaco, mandioca, lavradores e crítica aos senhores de engenho.
VI	Bahia	Fortificação da cidade: descrição pormenorizada dos fortes, acompanhada de prospectos, descrição dos portos da cidade e do interior.

⁶ Cf. MOTA, 2008, p.114-135. É também oportuno o capítulo ‘*O viver em colônias*’ (p. 55-65), para maiores informações sobre o contexto histórico e intelectual que vigorava naquele momento e as transformações europeias que se refletiram na Coroa Portuguesa e na decadência do sistema colonial português.

VII	Bahia	Ordenanças: descrição das tropas e milícias da capitania, acompanhada de 20 desenhos dos uniformes dos regimentos, falta de economia militar, abusos dos soldados, desordens opressivas ao povo.
VIII	Bahia	A educação na Capitania: sobre os estudos na cidade, o estatuto das aulas antes e depois da expulsão dos jesuítas, lista de professores, cadeiras e salários da capitania.
IX	Bahia	Informações sobre o governo civil na Comarca: criação de tribunais, ministros e oficiais de justiça.
X	Bahia	22 mapas dos empregos de Justiça e Fazenda que há na cidade: ordenados, propinas e donativos.
XI	Bahia	Catálogo de todos os Governadores, Vice-Reis e Governos-Gerais na capitania da Bahia desde 1549.
XII	Bahia	Sobre o governo Eclesiástico: ordens, bispos e arcebispos, despesas da Real Fazenda com a folha eclesiástica.
XIII	Bahia	Marinha: portos e vilas do Reconcâvo baiano, comércio com o sul e norte do país.
XV	Bahia	Sobre as comarcas de Ilhéus e Porto seguro: donatários, rios, matas, minerais.
XVI	Bahia	Sobre as comarcas do Espírito Santo, Jacobina e Sergipe D'El Rey: final das notícias a respeito da Capitania da Bahia.
XVII	Rio Grande de S. Pedro do Sul	Descrição da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul e da Ilha de Santa Catarina: comércio, fertilidade do terreno, falta de população.
XVIII	Minas Gerais e São Paulo	Sobre a descoberta das Minas Gerais pelos bandeirantes paulistas, descrição da região, das minas de ouro e a expulsão dos portugueses da região.
XIX	Ceará	Descrição da capitania: povoações, rios, minerais e sobre a descoberta de ouro nos Cariris.
XX	Brasil	Recopilação dos reinos vegetal, animal e mineral em todo o Brasil: préstimos das árvores e plantas para a construção naval, civil, sobre o comércio, macenaria, tinturaria e medicina.
XXI	Brasil	Carta dirigida ao Sr. Dom Rodrigo de Souza Coutinho com descrição sumarizada do trabalho já redigido, dos desenhos, mapas e prospectos que acompanham o livro.
XXII	Pernambuco	Sobre a capitania e a comarca de Alagoas: povoações, comércio, matas e rios.
XXIII	Goiás	Sobre a capitania de Goiás, roteiro detalhado da viagem de Antônio Luiz Tavares Lisboa pelo Rio Tocantins em 1774, encomendada pelo Governador José de Almeida e Vasconcelos.

XXIV	Brasil	Apontamentos políticos aplicados às colônias portuguesas. Referência a outras capitanias, como a do Pará. Catálogo das nações de índios: nomes, número, habitações e costumes.
------	--------	--

2 A CARTA VIII, SOBRE A EDUCAÇÃO

Em muitos desses temas abordados acima, além de descrições e explicações que configuram nossas terras, é comum que as críticas venham acompanhadas de sugestões acerca de como melhorar o sistema político e econômico, o trato com os habitantes, a distribuição de terras, entre outras formulações. Por isso mesmo, julgamos oportuno para essa proposição, observamos uma carta específica: a Oitava Carta, *Sobre a Educação*, já que Vilhena atua como professor em Salvador, cidade em que os jesuítas fundaram o primeiro colégio em solo brasileiro, em 1559. O caráter testemunhal é o que nos motiva e, levando-se em conta que Salvador foi a capital da Colônia até 1763 - momento em que a capital é transferida para o Rio de Janeiro -, podemos inferir que as observações de Vilhena sobre a situação da educação na capitania da Bahia funciona como uma metonímia para as demais regiões do Brasil.

Nesse contexto, é preciso considerar o impacto causado pela reforma impetrada pelo primeiro ministro de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal. A reforma pombalina suprimiu as escolas jesuíticas em Portugal e suscitou a expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas retirando o comando que detinham sob a educação, passando, a partir de então, tal incumbência às mãos do Estado. No Brasil, as consequências são vistas por alguns como desastrosas, e muitos estudiosos veem essa reforma como a primeira falência da educação brasileira, dada a enorme influência dos jesuítas no desenvolvimento do estudo da língua e literatura do país e na configuração de uma estrutura educacional sólida. Além disso vários membros da Companhia de Jesus figuraram entre os maiores intelectuais e cientistas nos séculos XVI e XVII. Em *Educação Brasileira: 500 anos de História*, Arnaldo Niskier relembra que, com a ausência desse sistema educacional no Brasil, visto que o Alvará Régio de 28 de junho de 1759 determinava que se fechassem as escolas e expulsassem os jesuítas das colônias, recebemos um novo sistema que, nas mãos do estado, se apresentou desordenado e confuso, seja porque se gastou muitos anos para a implementação das chamadas aulas régias que deveriam substituir o espaço

antes ocupado pela instrução jesuítica, seja porque outras ordens eclesiásticas que fundaram escolas no Brasil como os Beneditinos, Franciscanos e Carmelitas foram totalmente ignoradas (NISKIER, 2001, p.34). Por outro lado, a educação rompeu com a doutrinação religiosa e passou a ser aclamada pelos aficionados do iluminismo, por sua possibilidade de redefinir a sociedade, de formar cidadãos capazes de gerir o Estado moderno e de promover o desenvolvimento nacional em seus múltiplos sentidos, conforme estabelecia o movimento da Ilustração. Como um típico reformista ilustrado, nota-se a preocupação de Vilhena em expor, nos seus relatos, as contradições do sistema colonial em crise, e é por meio dessa tomada de consciência que o autor apresenta o conteúdo da Oitava Carta:

em que se dá uma breve noção dos estudos na cidade da Bahia, tanto antes, e no tempo da extinção dos Jesuítas, como no tempo presente; mostra-se a causa da decadência, o número das aulas que há na cidade e Capitania, com o ordenado dos respectivos professores, fazendo ver o como é quase impossível a subsistência, principalmente dos que no breve contexto dela se verá. (VILHENA, 1969, p.273)

O relato não nos é tão estranho como poderia parecer inicialmente, considerando que Vilhena é professor dos tempos da Colônia, mas, passados mais de dois séculos, nota-se que os professores e alunos vivenciam as mesmas dificuldades e problemas apontados. Nas suas observações, transparece a insatisfação com o estado em que se encontrava a biblioteca do colégio da Bahia e a escassez de livros para apoiar as atividades docentes.

Sabemos que era intensa a prática literária nas classes das escolas jesuíticas, mas pouco extensa, pois apenas livros de autores indicados eram permitidos, tais como a *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino, alguns textos de Aristóteles, Cícero, Horácio, a Bíblia, as Resoluções do Concílio de Trento, realizado nos anos de 1545 a 1563, e textos produzidos por Padres da Igreja. A descrição dos conteúdos ministrados nas aulas de lógica e gramática, bem como os autores e respectivas obras estudadas na filosofia e retórica, encontram-se no Ordenamento de Estudos, documento que visou garantir a uniformidade dos procedimentos entre os professores e que se opunha, por meio da censura, à turbulência espiritual desencadeada pelo movimento reformista do século XVI

(TOLEDO, 2000, p.183)⁷. Sem uma restrição de conteúdos a assuntos religiosos e a determinados temas filosóficos, as Aulas Régias abriram a janela do Iluminismo com sua ampla perspectiva literária, produzida para a divulgação dos ideais de modernidade científica e política, mesmo que em termos de disciplinas, pouca coisa tenha se modificado. De acordo com Vilhena:

No tempo em que existiam os extintos Jesuítas, incumbidos então de todas as escolas menores, tanto em Portugal, como por todos os seus domínios, havia nos Gerais do Colégio desta cidade sete classes em que se instruíam a mocidade, não só da capital, como de todas as vilas da Capitania, e seus distritos, e desta tiravam aqueles religiosos a escolha para sua religião [...]. Na primeira das sete mencionadas classes se ensinava gramática portuguesa, desta passavam os meninos a aprender na segunda os primeiros rudimentos da língua latina, estudavam sintaxe, e sílaba na terceira classe, da qual passavam para a quarta onde aprendiam a construção da mesma língua, a retórica, tal qual então se ensinava. Na quinta a matemática; na sexta filosofia, e na sétima se ensinava teologia moral. (VILHENA, 1969, p. 273-4)

Em Salvador, além das aulas no colégio, também se ensinava filosofia e língua latina nos conventos do Carmo e de São Francisco. A cidade do Salvador passa a contar com uma cadeira de Retórica, uma de Filosofia, uma de Língua Grega, uma de Matemática e quatro de Gramática latina. Além dos docentes dessas cadeiras, mantinham-se também seis escolas das primeiras letras na cidade. É oportuno observar a listagem, na figura 4 do anexo, dos professores, cadeiras, escolas e salários da capitania da Bahia na última década do século XVIII, preparada por Vilhena. Na maioria das escolas, os docentes lecionavam *gramática latina* ou *ler e escrever*; o ensino de Retórica, Filosofia e Língua Grega fazia parte dos estudos preparatórios para a Universidade, motivo pelo qual essas cadeiras existiam apenas na capital. Também é impressionante o número de meses de ordenados de salários devidos aos professores. O próprio Vilhena tem 6 meses de salários atrasados, não mais impressionante do que o registro

⁷ Ao lado dos livros devocionais, os autores clássicos gregos e romanos eram lidos, sendo mais valorizadas as obras de oratória e retórica. Mas as obras escolhidas podiam ser expurgadas, como as elegias de Ovídio. Para maiores informações sobre utilização dos clássicos no período jesuítico, veja-se o capítulo 1 da tese de José Amarante, *Dois tempos da cultura escrita em latim no Brasil: o tempo da produção e o tempo da conservação - discursos, práticas, representações, práticas metodológicas*, 2013, p. 39-97. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17088>.

dos três professores da Comarca de Sergipe D'El Rey, que tem cada um pelo menos 30 meses a receber da Coroa, como se pode verificar na figura abaixo:

Distritos	Names dos Professores	Cadeiras que exercitam	Povoações onde residem	Quanto vencem por ano	O que se lhes deve em dinheiro	Quantos meses
Comarca da Bahia da parte do Norte da parte do Sul Comarca de Sergipe del Rei Comarca dos Ilhéus Comarca de Pôrto Seguro Comarca da Capitania do Espírito Santo	José da Silva Lisboa (Jubilado)	Filosofia	Cidade de S. Salvador	460\$000	230\$000	6
	Francisco Carneiro de Campos	dito	dito	460\$000	\$	
	Francisco Ferreira Pais da Silva	Retórica	dito	440\$000	\$	
	Luis dos Santos Vilhena	Grego	dito	440\$000	220\$000	6
	Padre Francisco Marinho de Sampaio	Gramática Latina	dito	400\$000	400\$000	12
	José Francisco Cardoso	dito	dito	400\$000	400\$000	12
	Gonçalo Vicente Portela	dito	dito	400\$000	300\$000	9
	Francisco Ceslau de Almeida Pacheco	dito	dito	400\$000	300\$000	9
	Padre Manuel Teles de Souza Pita	dito	dito	200\$000	100\$000	6
	Bernardo Ribeiro Guimarães	Ler e escrever	dito	150\$000	37\$000	3
	Veríssimo José de Mendonça	dito	dito	150\$000	150\$000	12
	Inácio José Xavier de Tavares	dito	dito	150\$000	150\$000	12
	Bernardino das Neves	Gramática Latina	Itapagipe	240\$000	170\$000	6
	Antônio Álvares da Cunha	Ler e escrever	dito	100\$000	75\$000	4
	Antônio Francisco Pereira	Gramática Latina	Itaparica	240\$000	240\$000	12
	Antônio de Santa Ana e Souza	Ler e escrever	dito	80\$000	40\$000	6
	Luis Pessoa e Silva	dito	Santo Amaro da Ipitanga	80\$000	60\$000	4
	Carlos Antônio de Argolo	dito	Freguesia de N. S. do Socorro	80\$000	100\$000	15
	Manuel Santos de Sampaio e Melo	Gramática Latina	Vila da Cachoeira	240\$000	300\$000	15
	Jerônimo Roiz do Sacramento	Ler e escrever	dito	120\$000	60\$000	6
	Padre José Francisco da Costa Nogueira	Gramática Latina	Vila da Purificação de Santo Amaro	240\$000	120\$000	6
	José da Silva Braga	Ler e escrever	dito	100\$000	50\$000	6
	Padre Gregório Xavier de Almeida Santos	Gramática Latina	Vila de Maragogipe	240\$000	180\$000	9
	Pedro Antão Neto Cavalcante	dito	Vila de S. Francisco de Sergipe do Conde	240\$000	300\$000	15
	Antônio Ribeiro	Ler e escrever	dito	80\$000	20\$000	3
	José Xavier de Souza Pereira	Gramática Latina	Vila de Jaguaripe	240\$000	360\$000	18
	Luis Álvares Viana	Ler e escrever	dito	100\$000	150\$000	18
	Padre Agostinho Faria Monte	Gramática Latina	Freguesia de Nazaré	240\$000	60\$000	3
	José Teles de Menezes	dito	Vila de S. João de Água Fria	240\$000	480\$000	24
	José Bento Dantas Coelho	Gramática Latina	Vila da Jacobina	400\$000	1:200\$000	36
Francisco José Lopes de Araújo Veras	Ler e escrever	dito	150\$000	488\$000	39	
Francisco Moniz Barreto de Aragão	Gramática Latina	Vila do Rio das Contas	300\$000	750\$000	30	
Inácio Antônio Dormundo	dito	Cidade de Sergipe del Rei	300\$000	300\$000	12	
Joaquim José Moreira	Ler e escrever	dito	120\$000	120\$000	12	
Padre José de Bastos Pereira	Gramática Latina	Vila de Santa Luzia	240\$000	700\$000	39	
José Pinheiro Requião	Ler e escrever	dito	100\$000	300\$000	36	
Lourenço dos Santos Gama	Gramática Latina	Vila Nova Real del Rei	240\$000	720\$000	36	
José Maurício Ribeiro	Ler e escrever	Vila dos Ilhéus	300\$000	300\$000	12	
Padre Manuel Roiz de Oliveira	Gramática Latina	Vila de Camamu	240\$000	240\$000	12	
João José Facio	Ler e escrever	Vila de Pôrto Seguro	100\$000	100\$000	12	
Gaspar Ferreira Lima Côrte Real	Gramática Latina	dito	300\$000	150\$000	24	
José Símplicio Ferreira	Ler e escrever	Vila de Caravelas	120\$000	630\$000		
Marcelino Pinto Ribeiro	Gramática Latina	Vila de N. Senhora da Vitória	240\$000	540\$000	27	
José das Neves Xavier	Ler e escrever	dito	300\$000	300\$000	12	
		dito	120\$000	360\$000	36	
			10:520\$000	12:280\$000		

Fig. 3 – Listagem dos docentes, cadeiras, lotação e ordenados

O subsídio literário provinha de tributos sobre a produção dos alambiques e dos açougues, no entanto, Vilhena afirma que os donos de alambiques não declaravam a produção devida, e, quanto mais alambiques surgiam, menos o subsídio arrecadava; quanto aos proprietários de açougues, não declaravam nem a quarta parte dos bois que matavam.

Com relação aos estudantes, sabemos que é a partir das escolas que os jesuítas escolhiam a maioria de seus futuros sacerdotes, além da apreciação dos “pais de família que viviam entusiasmados que nada era no mundo quem não tinha um filho religioso da Companhia” (VILHENA, 1969, p.274), senão da Companhia de Jesus, que fosse de outra ordem. Após a reforma pombalina, outro tipo de ‘recrutamento’ se interpõem aos alunos:

É igualmente para notar o ver que se bloqueiam, e invadem as Aulas Régias, e que sem atenção a cousa alguma se arrancam delas para soldados

os estudantes mais hábeis, e aplicados, sendo ignominiosamente tratados pelos executores daquelas diligências os Professores respectivos, que em serviço do Soberano e da pátria se têm empenhado em instruí-los, em aproveitá-los, chegando a vésperas de mostrarem em exames públicos o fruto das diligências, e fadigas, para então serem presos, e sentar-se-lhes praça, quando o seu comportamento e conduta bastavam para isentá-los de uma semelhante sorte. (VILHENA, 1969, p. 278)

Vilhena testemunha esses fatos por volta de 1798, e é notória a insatisfação do professor com o esvaziamento das classes em função de um recrutamento forçado pelo exército, mas afirma, na mesma carta, que, quando aportou na cidade, em 1787, era escolha do professor mandar para o Forte do Mar os estudantes vadios e pouco aplicados para assentar praça de soldado e aprender a subordinação. Desse modo, encaminhar um estudante para as milícias, e apenas os poucos aplicados, era o último recurso, enquanto que, nesse momento, legitimou-se uma certa “invasão à escola” em busca de soldados. O recrutamento forçado gerou a evasão escolar, e, segundo o professor, uma única classe de latim, iniciada com 35 estudantes, contava apenas com 18; em uma outra com 30 restavam 10 estudantes; nas classes de grego, retórica e filosofia apenas 5 estudantes. A razão de tal abandono é que os estudantes frequentavam as aulas de modo interpolado e, quando corria a notícia de que se buscavam recrutas, os mais velhos desapareciam, só restando entre os estudantes, com o passar dos meses, meninos de 10 ou 11 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, há um aspecto a ser reiterado em meio a tantas transformações geradas na transposição do ensino jesuítico para o régio. Como a instrução da educação sai das mãos dos religiosos, abre-se espaço para professores portugueses enviados pela Coroa, e professores brasileiros, que não estavam necessariamente ligados a uma abordagem do ensino castrada pela religião. Um caso como o de Vilhena demonstra um perfil diferente de professor, alguém que aprendeu as línguas clássicas, começou uma carreira em Portugal e assumiu uma cadeira totalmente vinculada à sua formação e especialidade, um professor que, além da dedicação à docência, arrumou tempo e motivação para se dedicar a deixar registros sobre tudo o que lhe fosse possível contar acerca das terras brasílicas. Vale reiterar que a obra de Vilhena tem dupla função no

campo das fontes: é fonte primária, considerando que viveu na capitania da Bahia e fala do que viu e vivenciou, como também é fonte secundária nas cartas que trata de capitanias que não pode visitar, como a do Rio Grande do Sul, referenciadas em outras obras e testemunhos da época.

REFERÊNCIAS

AMARAL, B. Notas e comentários da VIII carta. In: VILHENA, L. S. *A Bahia no Século XVIII*. Notas e comentários Braz do Amaral. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

AMARANTE, José. *Dois tempos da cultura escrita em latim no Brasil: o tempo da produção e o tempo da conservação - discursos, práticas, representações, práticas metodológicas*. (Tese) Doutorado em Letras e Linguística. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2013.

MOTA, Carlos Guilherme Mota. *A ideia de Revolução no Brasil e outras ideias*. São Paulo: editora Globo, 2008.

NISKIER, Arnaldo. *Educação Brasileira: 500 anos de História*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. Tomo I, vol. II.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. Vol.I.

TOLEDO, C. A. A. Razão de estudos e razão política: um estudo sobre a 'Ratio Studiorum'. *Acta Scientiarum*, Maringá, n. 22, vol. 1, p. 181-187, 2000.

VILHENA, Luiz dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Apresentação de Edson Carneiro, notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Editora Itapuã, 1969, 3 v.

VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaicas*. Apresentação, notas e comentários de Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921. 3 v.

VILHENA, Luís dos Santos. *Pensamentos políticos sobre a Colônia*. Introdução de Emanuel Araújo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Série Publicações Históricas 87, 1987.